



Prefeitura do Município de Planalto

Estado de São Paulo
CNPJ 46.935.763/0001-25

Paço Municipal Gelsomino Toloy



PM PLANALTO
CONSTRUINDO DE VERDADE
GESTÃO: 2017 - 2020

MENSAGEM DE VETO INTEGRAL À EMENDA MODIFICATIVA Nº 001/2018

Prefeitura do Município de Planalto, Paço Municipal "Gelsomino Toloy", 16 de março de 2018

Excelentíssimos Senhores(as)

Vereadores(a) da Câmara Municipal de Planalto,

Cumpre comunicar-lhes que, na forma do disposto no artigo 40 da Lei Orgânica do Município de Planalto, decido **VETAR integralmente** texto integral da Emenda Modificativa nº 001/2018 ao **Projeto de Lei nº 008/2018**, de autoria do Poder Executivo, alterado, em sua essência, pela referida **Emenda** que deu nova redação ao parágrafo único e sua alínea "a", desfigurando, por completo, o texto do Projeto de lei enviado a esta Casa de Leis.

Nestes termos, com o **VETO INTEGRAL ora aposto à Emenda Modificativa nº 001/2018**, restaura-se a redação originária ao Projeto de Lei enviado pelo Executivo, nos seguintes termos:

PARÁGRAFO ÚNICO. O valor unificado dos abonos salariais concedidos pelas Leis Municipais nº 08/2008 e nº 010/2016, correspondente a R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), será incorporado ao salário do empregado público Municipal, para todos os efeitos legais, ~~exceto aos Professores do Ensino Infantil e Fundamental (séries iniciais, do primeiro ao quinto ano)~~ (**VETO INTEGRAL à redação dada pela Emenda Modificativa nº 001/2018**), da seguinte forma:

a) Do valor unificado acima mencionado, fica incorporado ao salário do empregado, a partir da publicação da presente lei, ~~exceto aos Professores~~



Prefeitura do Município de Planalto

Estado de São Paulo
CNPJ 46.935.763/0001-25

Paço Municipal Gelsomino Toloy



PM PLANALTO
CONSTRUINDO DE VERDADE
GESTÃO: 2017 - 2020

~~do Ensino Infantil e Fundamental (séries iniciais, do primeiro ao quinto ano)~~

(VETO INTEGRAL à redação dada pela Emenda Modificativa nº 001/2018),

a importância de R\$ 170,00 (cento e setenta reais)



Prefeitura do Município de Planalto

Estado de São Paulo
CNPJ 46.935.763/0001-25

Paço Municipal Gelsomino Toloy



PM PLANALTO
CONSTRUINDO DE VERDADE
GESTÃO: 2017 - 2020

RAZÕES E JUSTIFICATIVAS DO VETO

Com o devido respeito, a **emenda “modificativa”** apresentada ao projeto de lei é **inconstitucional** e, por tal razão, apresento as razões do veto, que serão submetidas a esta Casa de Leis para a apreciação.

1. **Inconstitucionalidade: violação do princípio constitucional da separação dos poderes (art. 2º da Constituição da República e art. 5º da Constituição do Estado de São Paulo).**

Observo, inicialmente, a importância e, portanto, as razões de mérito, do Projeto de Lei apresentado pelo Executivo, e que foram explicitados a esta Casa na justificativa encaminhada com o projeto.

Mas, em que pese a relevância do tema, não há como sancionar o projeto de lei, desfigurado que foi com a apresentação da emenda nº 001/2018, que **alterou, por completo, a substância da propositura e, por tal razão, é inconstitucional.**

Com efeito, a emenda apresentada **não foi mera emenda modificativa**, como sugere a nomenclatura utilizada em sua redação.

O Regimento Interno da Câmara, em seu art. 127, §5º, diz que a emenda será modificativa quando *se referir apenas a redação do artigo, sem alterar sua substância*.

Não foi o caso da emenda apresentada, que **modificou a estrutura, o objeto e o alcance do projeto apresentado**. Trata-se, em verdade, de **emenda substitutiva**, aquela prevista no §3º do art. 127 do Regimento Interno.

Acontece, no entanto, que legislar sobre **fixação de remuneração de servidores**, é matéria cuja **iniciativa de propositura é da competência privativa do Prefeito Municipal, a teor do que determina expressamente o inciso II do art. 34 da Lei Orgânica do Município**.

Trata-se, portanto, de iniciativa legislativa **única** e **exclusiva** do Chefe do Executivo.

E em matéria cuja iniciativa legislativa é **única e exclusiva do Chefe do Executivo**, não se admite emenda que **modifique e desnature**, como foi o caso, o texto do projeto de lei apresentado.

Há, portanto, invasão de competência legislativa em assunto da competência exclusiva do Chefe do Executivo, em flagrante violação ao que determinam, além da Lei



Prefeitura do Município de Planalto

Estado de São Paulo
CNPJ 46.935.763/0001-25

Paço Municipal Gelsomino Toloy



PM PLANALTO
CONSTRUINDO DE VERDADE
GESTÃO: 2017 - 2020

Orgânica Municipal, a Constituição da República (art. 2º) e a Constituição do Estado de São Paulo (art. 5º). Há, ainda, violação ao disposto no inciso X do art. 37 da Constituição da República, que determina que a remuneração dos servidores somente pode ser fixada ou alterada por lei, observada a iniciativa legislativa privativa.

2. Inconstitucionalidade: violação do princípio da isonomia (art. 5º, *caput*, da Constituição da República)

Não há qualquer justificativa apresentada junto à emenda, que permita a **exclusão dos Professores**, categoria que compõe o quadro geral de servidores do Município, ao benefício da incorporação do abono previsto no projeto de lei apresentado pelo Executivo.

Há, portanto, indevida e injustificada violação ao princípio constitucional da isonomia, que determina o tratamento igual àqueles que são iguais. Como justificar a desigualdade de tratamento, com exclusão de parcela significativa de servidores, do benefício pretendido a todos os servidores pelo Projeto de Lei apresentado pelo Executivo ?

Também por essa razão é inconstitucional a emenda modificativa nº 001/2018, pois desnatura, desfigura e altera a substância do Projeto de Lei apresentado pelo Chefe do Executivo, e, ainda, dá tratamento injustificadamente desigual a uma única categoria de servidores públicos municipais.

Nessas condições, com fundamento no artigo 42, da Lei Orgânica do Município de Planalto, vejo-me na contingência de **vetar**, na íntegra, o texto da emenda modificativa nº 001/2018, devolvendo o assunto à apreciação dessa Colenda Câmara que, com seu elevado critério, se dignará a reexaminá-lo, para o fim de manter, na íntegra, o texto do projeto de lei tal qual encaminhado pelo Executivo.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de apreço e consideração.

Prefeitura do Município de Planalto, Paço Municipal “Gelsomino Toloy”, 16 de março de 2018

ADEMAR ADRIANO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL